

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CÂMPUS DE MARÍLIA**

FREDERICO FALAVIGNA LUAN

O PARTIDO LIBERAL É LIBERAL? UMA ANÁLISE IDEOLÓGICO-PARTIDÁRIA

MARÍLIA

2025

FREDERICO FALAVIGNA LUAN

O PARTIDO LIBERAL É LIBERAL? UMA ANÁLISE IDEOLÓGICO-PARTIDÁRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Campus de Marília), para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Rafael Salatini de Almeida.

MARÍLIA

2025

L926p

Luan, Frederico Falavigna

O Partido Liberal é Liberal? Uma análise ideológico-partidária /
Frederico Falavigna Luan. -- Marília, 2025
30 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade
de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Rafael Salatini de Almeida

1. Ciência Política. 2. Partidos políticos. 3. Política brasileira. 4.
Liberalismo. 5. Fisiologismo. I. Título.

FREDERICO FALAVIGNA LUAN

O PARTIDO LIBERAL É LIBERAL? UMA ANÁLISE IDEOLÓGICO-PARTIDÁRIA

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Campus de Marília)

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Rafael Salatini de Almeida (UNESP – Marília)

1ª Examinador: Dr. Laércio Fidelis Dias (UNESP – Marília)

2ª Examinador: Dr. André Luiz Valim Vieira (FURG / UNISINOS)

Marília, SP, 29 de novembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grato àqueles que estiveram ao meu lado durante o período em que estive em Marília, em especial: Guilherme, Enrico, Lays, Rafa, Pupile, Duda, Giovanna, Britto, Adriano e, claro, Amandinha.

Tenho de agradecer também ao Professor Rafael Salatini, que, apesar dos percalços, sempre foi atencioso e orientou-me da melhor maneira possível para completar este trabalho.

Mas, se houvesse uma só pessoa a quem eu tivesse de agradecer, seu nome seria Eunice. Brava brasileira que, fazendo o impossível, munuiu-me das condições necessárias para chegar até aqui. Na luta contra o mal, fez da intermitente paciência sua espada, ensinando-me a nobreza da abnegação, típica de figuras *escolhidas* como Alexei Karamázov. Se pudesse eu lhe dizer o quanto sou grato, faltariam-me palavras. Por essa razão, permito-me furtar alguns versos de Carlos Drummond de Andrade: “Fosse eu Rei do Mundo, baixava uma lei: Mãe não morre nunca, mãe ficará sempre junto de seu filho e ele, velho embora, será pequenino feito grão de milho”.

RESUMO: O presente artigo analisa a evolução histórica do Partido Liberal (PL) no Brasil, desde sua fundação em 1985 até sua transformação em um partido de caráter fisiológico e clientelista, configurando-se como um "catch-all-party". Inicialmente fundamentado no liberalismo social, com o objetivo de equilibrar liberdade econômica e justiça social, o PL afastou-se de seus princípios devido a alianças estratégicas e práticas clientelistas, especialmente sob a liderança de Valdemar Costa Neto. A pesquisa adota uma metodologia de revisão bibliográfica, complementada por análises qualitativas e quantitativas de livros, notícias de jornais e dados eleitorais, para compreender a trajetória do partido. Eventos marcantes, como a aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT), o escândalo do "Mensalão" e a fusão que deu origem ao Partido da República (PR) e seu posterior retorno ao nome "Partido Liberal", são discutidos para ilustrar a adaptação política do PL. Conclui-se que a sobrevivência eleitoral e a ampliação da base de apoio prevaleceram sobre a coerência programática, tornando o PL um típico partido do "Centrão".

Palavras-chave: Partidos políticos; liberalismo; clientelismo; fisiologismo; política brasileira.

ABSTRACT: This article analyzes the historical evolution of the Liberal Party (PL) in Brazil, from its foundation in 1985 to its transformation into a party with a physiological and clientelist character, configuring itself as a “catch-all-party”. Initially based on social liberalism, with the aim of balancing economic freedom and social justice, the PL moved away from its principles due to strategic alliances and clientelist practices, especially under the leadership of Valdemar Costa Neto. The research adopts a bibliographic review methodology, complemented by qualitative and quantitative analysis of books, newspaper reports and electoral data, to understand the party's trajectory. Landmark events, such as the alliance with the Workers' Party (PT), the “Mensalão” scandal and the merger that gave rise to the Republic Party (PR) and its subsequent return to the name “Liberal Party”, are discussed to illustrate the PL's political adaptation. It is concluded that electoral survival and broadening the support base prevailed over programmatic coherence, making the PL a typical “Centrão” party.

Keywords: Political parties; liberalism; clientelism; physiologism; brazilian politics.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. Sua fundação, princípios e ideais.....	8
2. Da sua atuação política.....	13
3. O “Mensalão” e o surgimento do Partido da República (PR).....	16
4. O suposto retorno às origens.....	19
Considerações finais.....	20
Referências Bibliográficas.....	21
ANEXO A: Discurso de Renúncia de Valdemar Costa neto (2005).....	26
ANEXO B: Carta de Renúncia de Valdemar Costa Neto (2013).....	29

Introdução

A fundação do Partido Liberal (PL) em 1985, liderada por Álvaro [Bastos do] Valle (1934-2000) e outros intelectuais e políticos, marcou um esforço para introduzir uma doutrina política moderada no Brasil, baseada nos princípios do liberalismo social. Em princípio, o Partido buscava um equilíbrio entre as demandas de liberdade econômica e justiça social, diferenciando-se tanto do neoliberalismo quanto do socialismo. Contudo, ao longo de sua trajetória, o PL passou por transformações significativas que culminaram no abandono de sua substância ideológica e doutrinária, consolidando-se como uma agremiação marcada por práticas fisiológicas e clientelistas.

Este artigo analisa a trajetória histórica do PL, desde sua fundação até as transformações que o levaram a se tornar um partido "pega-tudo", conforme descrito por Kirchheimer. O objetivo é compreender como as alianças estratégicas, a adaptação pragmática às circunstâncias políticas e a busca por relevância no cenário nacional moldaram a identidade desse partido, resultando num distanciamento de seus princípios fundadores. A pesquisa examina eventos cruciais, como a aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT) e os desdobramentos do escândalo do chamado escândalo do "Mensalão" (2005), para ilustrar o processo de transformação do PL em um dos principais representantes do chamado "Centrão" na política brasileira.

1. Sua fundação, princípios e ideais

Após duas décadas do golpe militar de 1964, o país vivia um momento de esgotamento do autoritarismo, marcado por mobilizações populares, crises econômicas e disputas internas no poder político, que culminaram em uma articulação histórica para o retorno à democracia.

A abertura política, iniciada ainda no governo de Ernesto Geisel (1907-1996) (presidente do Brasil entre 1974-1979) e continuada por João [Baptista de Oliveira] Figueiredo (1918-1999) (presidente do Brasil entre 1979-1985), buscava preparar uma transição controlada do regime militar para um sistema democrático. No entanto, a resistência de setores conservadores das Forças Armadas Brasileiras dificultava o processo. Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira exigia mudanças profundas. O movimento "Diretas Já", em 1983, levou milhões de pessoas às ruas clamando por eleições presidenciais diretas, o que simbolizava o desejo pelo retorno à democracia. A rejeição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 05/1983, apelidada de "Emenda Dante de Oliveira", no Congresso

Nacional, que propunha a realização dessas eleições, deixou evidente o impasse político e a necessidade de novas estratégias para avançar no processo de abertura.

No campo político, o Partido Democrático Social (PDS), partido governista e sucessor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), enfrentava divisões internas. A escolha de Paulo [Salim] Maluf (1931-) como candidato à sucessão presidencial gerou insatisfação em uma ala moderada do partido. Essa dissidência, composta por líderes Marco [Antônio de Oliveira] Maciel (1940-2021) e José Sarney [de Araújo Costa] (1930-) (presidente do Brasil entre 1985-1990), passou a articular com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), principal força de oposição liderada por Tancredo [de Almeida] Neves (1910-1985), uma solução para superar a crise. Dessa articulação, nasceu a Frente Liberal, que, ao lado do PMDB, formou a Aliança Democrática.

Esta aliança representou de um lado os liberais, que, de dentro do partido político da situação (PDS), divergiram do encaminhamento dado à sucessão. Entendendo que o país estava maduro para a vida democrática, aliaram-se ao maior agrupamento de oposição sob o regime militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e elegeram Tancredo Neves e José Sarney. Assim, a Aliança Democrática resultou de acordo entre os grupos que deram origem ao Partido da Frente Liberal – PFL – e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. (Corrêa, 2006, p.11)

Conforme observado acima, essa aliança foi determinante para a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral, em 1985, marcando o fim do regime militar (1964-1985). Após essa vitória, a então Frente Liberal transformou-se em partido político. A fundação do Partido da Frente Liberal (PFL) fora consolidada com a adesão de governadores, senadores e deputados que abandonaram o PDS.

Um dos membros da Frente Liberal e, posteriormente, do PFL, era o então deputado federal Álvaro Valle. Todavia, devido a divergências com o partido, logo saíria do PFL para fundar a sua própria agremiação em 1985. Afirma Valle que o PFL havia se tornado “uma ampla agência de empregos e de favores governamentais, enquanto tentava manter uma aparência de moralismo udenista. É natural que fosse rapidamente perdendo sua substância doutrinária” (Valle *et al.*, 1994, p. 128). Em 1985, Álvaro Valle fundou o Partido Liberal. Valle presidiu o PL de junho de 1985 até janeiro de 2000, quando veio a falecer.

A vida política de Valle iniciou-se em 1962, quando fora eleito deputado estadual (1962-1964) pelo então estado da Guanabara (atual estado do Rio de Janeiro). Nesse período, foi membro da União Democrática Nacional (UDN), partido de Carlos [Frederico Werneck de] Lacerda (1914-1977), de quem Valle era ferrenho apoiador.

Reeleito em 1971, desta vez pela ARENA, permaneceu no cargo até 1975, quando se candidatou à Câmara dos Deputados e conquistou uma vaga como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (1975-1979). Valle foi membro da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e, em seguida, fora reeleito em todos os pleitos, permanecendo no cargo de deputado federal até 1999. Também se faz necessário mencionar que Valle fez parte da diplomacia brasileira. Iniciou no Itamaraty como Terceiro-Secretário, em 1958, e alcançou a classe de Embaixador, em 1994.

Na Câmara dos Deputados, Valle foi autor de mais de cem Projetos de Lei, versando sobre os mais variados temas: artes, economia, educação e até mesmo sobre a proibição de clonagem humana, entre outros. A maioria de seus projetos, porém, nunca foi aprovada. Ao contrário: permanece arquivada até o presente momento. No entanto, sua atuação na Câmara dos Deputados Federais sempre seguiu os dogmas fundamentais do Partido Liberal.

Em 2011, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Resolução (PRC) 210/2009, que denomina o Edifício do Anexo I da Câmara dos Deputados como "Edifício Álvaro Valle".

Pode-se afirmar que os principais nomes por trás do surgimento do Partido Liberal foram, além de Álvaro Valle, Américo Camargo, Eduardo Portella Netto, Flávio Rocha, José Gelson de Sá, Jacinto Lamas, Jádihel Loredó Júnior, Jayme Magrassi de Sá, José Guilherme Merquior e Marco Antonio Vales. Todos eles contribuíram para as ideias fundacionais do Partido, preparando cursos para a formação de seus quadros e militância.

José Guilherme Merquior (1941-1991), diplomata e autor de dezenove livros, chamado de "a mais completa figura intelectual de minha geração" por Celso Lafer (2021), dedicou parte de sua obra para a defesa do liberalismo social. Em seu curso de formação para o PL, afirma que:

O moderno liberalismo social, doutrina do PL, não deve querer dizer apenas menos Estado; quer dizer sobretudo mais liberdade. E o Estado contido pode ser um poderoso instrumento para promover liberdade para todos. [...] Keynes, que tanto transformou o liberalismo econômico, recusou-se a aceitar tanto a opção leninista (sacrificar a democracia para acabar com o capitalismo) quanto a fascista (sacrificar a democracia para salvar o capitalismo). Mas alguns liberais são frios em matéria de fervor democrático. Hayek, por exemplo, chegou a imaginar alternativas que atuassem na base de princípios liberais. Para o neoliberalismo de direita, a liberdade econômica, além de necessária, é suficiente. [...] Nosso melhor liberalismo não deve ter um permanente pavor do Estado; deve sim — e com crescente vigor — buscar a limitação da ação do Estado a seus objetivos reais. Este é o liberalismo social que o PL defende. [...] Liberalismo com preocupações sociais é a única doutrina política atual que leva profundamente a sério o ideal democrático no sentido rigoroso da palavra, de governo do povo. (Valle *et al.*, 1994, p. 132-133)

De modo a se distanciar do chamado “neoliberalismo” e dos “socialismos de Estado” (Valle *et al.*, 1994, p. 133), Merquior defende a ideia de um meio termo entre direita e esquerda, ao passo que:

No Brasil, temos, ao mesmo tempo, Estado demais e Estado de menos. Demais na economia, onde o Estado emperra, desperdiça e atravanca. De menos, no plano social, onde são gritantes e inadmissíveis tantas carências em matéria de saúde, educação e moradia. Por isso há muitas vezes um diálogo de surdos: de um lado liberais se esquecem, ao condenar a ação do Estado, de ressaltar nossas tremendas necessidades no campo assistencial; de outro, os que se dizem defensores “do social” condenam todas as posições liberais. (Valle *et al.*, 1994, p. 132)

Nesse sentido, Álvaro Valle também condena os conceitos “extremos” de “neoliberalismo” e “socialismo”:

O neoliberalismo é uma doutrina liberal que o PL não aceita por considerá-la ultrapassada e tão ideológica quanto o socialismo. Parte de premissas estabelecidas e sobre elas assenta rigidamente um programa radical. [...] É quase religiosa a sua crença no mercado e seus maiores teóricos são Von Mises (1881-1973) e Hayek (1899-1992). [...] Voltam, com os neoliberais, antigos conceitos: mercado intocável e rejeição absoluta do Estado. [...] Justiça Social e Bem Comum não existem para os neoliberais. Seriam meras desculpas de grupos de pressão, que pretendem satisfazer seus interesses às custas do Estado e dos que produzem. [...] Na prática, os neoliberais defendem apenas a liberdade dos proprietários e empresários. A supressão da liberdade dos outros, pela miséria, é aceita por eles como uma realidade inevitável e indispensável. Enquanto Marx aceitava a supressão das liberdades na busca da sociedade justa, os neoliberais aceitam essa supressão na defesa das leis do mercado. (Valle *et al.*, 1994, p. 27-28)

Tal afirmação, juntamente das já supracitadas, colocaria o PL no arcabouço dos partidos moderados, isto é, daqueles que tomam posições sóbrias diante da ação do Estado e das ideologias.

Além disso, em seu manifesto, o PL sugeria a realização de eleições diretas com dois turnos. Propunha o fortalecimento da iniciativa privada, o reconhecimento do direito de propriedade, junto da reforma agrária, a reforma fiscal e judicial, a condenação do fisiologismo e da censura social ou política, e a solicitação do restabelecimento das relações diplomáticas com todas as nações. Também enfatizava a relevância de proteger os direitos dos mais necessitados e diminuir as disparidades sociais.

No Brasil, criou-se a expressão “partido fisiológico” para designar os partidos que se estruturam e sobrevivem às custas de cargos e dinheiros públicos. Esta expressão não é traduzível para outros idiomas, e nem é conhecida no português de Portugal. Simplesmente porque nas democracias modernas, tal hábito é condenado pela Justiça comum, com pena de prisão

para os que o praticam, criminosos que são. Os diferentes códigos e leis caracterizam como crime de prevaricação a utilização de dinheiros públicos para beneficiamento pessoal. [...] Não se confundam esses partidos fisiológicos com os partidos de interesse. Os fisiológicos não mereceriam sequer fazer parte da classificação dos partidos. [...] Um partido político existe para disputar o poder e executar seu programa. É natural, então, que ocupe os cargos com seus militantes e dirigentes. Caracteriza-se a fisiologia, quando as pessoas são nomeadas não com esse objetivo, mas apenas para obter vantagens pessoais e eleitorais. (Valle *et al.*, 1994, p. 113-114)

A afirmação acima mostrar-se-á crucial para a proposta deste trabalho, pois, como ver-se-á, a crítica feita por Álvaro Valle aos partidos fisiológicos servirá para o seu próprio partido, sob o comando de Valdemar Costa Neto (1949-).

Valle faz, contudo, uma distinção entre “partido ideológico” e “partido doutrinário”, ao afirmar que “muitos dizem que os partidos devem ser ideológicos, quando querem dizer que devem ser doutrinários. O PL, por exemplo, é um partido doutrinário” (Valle *et al.*, 1994, p. 101). Ele considera que um partido ideológico prende-se a uma gaiola de pensamento, onde a ação política é sempre limitada pela ideia: “o ideólogo concebe o mundo e tenta adaptar e enquadrar a realidade aos seus modelos” (Valle *et al.*, 1994, p. 101). Ao passo que um partido doutrinário, ao invés de tentar adaptar a realidade às suas ideias, tenta adaptar suas ideias ao contexto em que está inserido: “a preocupação não é saber as motivações ou teorias que expliquem o comportamento e o justifiquem. O importante é descobrir, sem compromissos ideológicos, qual o melhor processo e que método se aplica a cada situação” (Valle *et al.*, 1994, p. 101). Para tornar mais elucidativo, o autor afirma que:

O nosso Partido Liberal (PL) é tipicamente um partido doutrinário. [...] Ao contrário dos partidos ideológicos, os doutrinários não pretendem ter uma visão acabada do fato político e social. Suas posições vão-se formando ao longo de estudos e debates. O partido doutrinário estimula a crítica e a análise, e por isso tende a fortalecer a democracia. (Valle *et al.*, 1994, p. 117)

A ideia inicial era desenvolver uma militância liberal engajada, que se utilizasse do programa e doutrina do Partido para se engajar em debates e discussões públicas. Seus fundadores queriam que o PL fosse diferente dos tradicionais partidos políticos brasileiros:

salvo o PL e os partidos socialistas, não têm [os partidos brasileiros] a tradição de forte militância, sobretudo nos maiores centros urbanos. Neles, os militantes são geralmente recrutados entre pretensos candidatos a eleições futuras e preocupam-se mais com seus próprios interesses de que com o partido. Com isso, enfraquece-se a disciplina, característica fundamental do bom militante partidário. (Valle *et al.*, 1994, p.118)

É curioso a ênfase na disciplina partidária, pois, futuramente, o PL virá a ser a casa de figuras como os senadores Magno [Pereira] Malta (1957-) (ES) e Marcelo [Bezerra] Crivella

(1957-) (RJ), nas eleições de 2002. Políticos nada comprometidos com a disciplina e a doutrina partidária e membros do chamado "Centrão".

Outro fato contraditório é que o Partido, em sua doutrina, expressa grande crítica à carga tributária do Brasil e faz ampla defesa do Imposto Único, idealizado por Flávio [Gurgel] Rocha (1958-):

Desaparecerão todos os impostos atuais que serão substituídos por apenas um: o imposto sobre transações bancárias (ITB), que é o imposto único. [...] Com apenas este imposto os governos federal, estadual e municipal arrecadarão mais do que arrecadam hoje e, por estranho que pareça, o povo pagará menos. (Valle *et al.*, 1994, p. 205)

E, no entanto, na década de 1990, propôs um conjunto de emendas que, entre outras coisas, rechaçava a ideia de um imposto único, advogava pela retomada do imposto sobre cheques e o fim do imposto de renda. Além disso, propunha que o salário dos deputados fosse limitado ao salário dos professores universitários.

2. Da sua atuação política

Nos primeiros anos, o PL focou na expansão de suas bases, estabelecendo diretórios em diversos estados e promovendo cursos de formação política abertos à população. Faziam parte do diretório nacional provisório do PL os deputados federais Ruy Codo, ex-membro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de São Paulo, e Herculano Carneiro, membro fundador do PFL e apoiador de Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro. Em 1985, foram estabelecidas seções em dez estados da federação: Bahia, Ceará, Goiás, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe. Em 1986, o Partido conquistou suas primeiras cadeiras na Assembleia Nacional Constituinte e aumentou sua representação no Congresso Nacional com a adesão de parlamentares de outras legendas.

Durante a década de 1980 e início de 1990, o PL participou de diversas eleições, com destaque para a candidatura presidencial de Guilherme Afif Domingos (1943-) em 1989, que obteve 4,54% dos votos válidos. Apesar de não alcançar o segundo turno, o Partido declarou apoio a Fernando [Affonso] Collor de Mello (1949-) (presidente do Brasil entre 1990-1992). Depois de tomar posse, Álvaro Valle expressou apoio claro ao governo Collor, argumentando que os partidos deveriam se unir em solidariedade para apoiar o presidente eleito diretamente pelo povo, considerando o contexto de ser a primeira eleição direta para presidente após duas décadas de regime militar.

No entanto, ele ressaltou que isso não significava que o Partido estaria se unindo ao novo governo. Em seguida, apoiaria o sucessor de Collor, Itamar [Augusto Cautiero] Franco (1930-2011) (presidente do Brasil entre 1992-1994) e, mais adiante, sinalizaria favoravelmente ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1931-) (presidente do Brasil entre 1995-1998 e 1999-2002), mas o apoio ao último seria breve, visto que, por divergências em relação à reforma previdenciária que o governo propunha, Álvaro Valle e o PL retiraram seu apoio à base governista.

Com o aumento dos apoios, o Partido cresceria em grandes números. No ano de 1996, o Partido Liberal coligou-se ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), formado no ano anterior pela combinação do Partido Progressista Reformador (PPR) com o Partido Progressista (PP) e ao Partido Republicano Progressista (PRP), sob a liderança do então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. O objetivo da parceria era estabelecer um bloco que permitisse aos partidos conquistar posições nas comissões permanentes e especiais. No pleito municipal deste ano, o PL conquistou a eleição de 222 prefeitos e 3.002 vereadores em todo o território nacional. Foram escolhidos quatro prefeitos e 77 vereadores no estado do Rio de Janeiro, sendo dois na capital do estado. Em São Paulo, o Partido elegeu 22 prefeitos e 370 vereadores, dos quais apenas quatro foram eleitos na capital.

No entanto, o PL enfrentou desafios internos, como divisões entre lideranças regionais e dificuldades em manter coesão ideológica. Isso ficou evidente em situações como o apoio fragmentado ao governo Collor e divergências sobre alianças estaduais.

Em 9 de janeiro de 2000, o então presidente do PL, Álvaro Valle, vem a óbito em decorrência de um tumor intestinal. Imediatamente no dia seguinte, o então deputado federal, Valdemar Costa Neto, assumiu a presidência do Partido Liberal. Costa Neto mudaria, daí em diante, os rumos do PL, marcando-o como um dos partidos mais corruptos da história do Brasil.

A partir dos anos 2000, porém, o PL fez algo inédito até então: aliou-se ao maior partido brasileiro de esquerda do período, o Partido dos Trabalhadores. Essa união significou novos rumos para o Partido, uma vez que seus princípios liberais de defesa da propriedade privada e fomento à liberdade econômica não pareciam mais tão importantes, visto que se desenvolvia ali uma aliança com um partido que, desde sua fundação, em 1980, foi contra estes e outros princípios liberais.

Figura 1: Valdemar Costa Neto e Lula, em 2001.



Fonte: O Globo, 2021.

Na figura 1, é possível observar Costa Neto com o mais novo parceiro do Partido Liberal, Luiz Inácio Lula da Silva (1954-) (presidente do Brasil entre 2003-2006, 2010 e 2023-2026), e, ao centro, um retrato de Álvaro Valle. A aliança foi tão forte que culminou na indicação de José Alencar [Gomes da Silva] (1931-2011) (PL) como vice-presidente na chapa de Lula da Silva (PT) em 2002, e na indicação de Anderson Adauto [Pereira] (1957-) para chefiar o Ministério dos Transportes. Tal aliança fora um marco para o crescimento do Partido, consolidando sua relevância no cenário nacional. Com a vitória da chapa Lula-Alencar, o PL viu sua bancada parlamentar crescer significativamente, passando de 12 para 26 deputados federais e ambos os senadores supracitados. O Partido também se destacou nas eleições municipais, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste, onde conquistou um número expressivo de prefeituras e cadeiras legislativas.

Já em meados de 2003, em decorrência da Lei Eleitoral 9.096/1995, que, entre diversas coisas, instituía que, para ter acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuita em rádios e televisões, um partido político precisaria obter pelo menos 5% dos votos válidos numa eleição geral para a Câmara dos Deputados Federais, o Partido Liberal incorporou o Partido Geral dos Trabalhadores (PGT) e o Partido Social Trabalhista (PST).

3. O “Mensalão” e o surgimento do Partido da República (PR)

Em 2005, eclodiu o escândalo do “Mensalão”¹. Após denúncias do deputado federal Roberto Jefferson [Monteiro Francisco] (1953-), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Valdemar Costa Neto renunciou ao seu mandato de deputado federal, em 01 de agosto de 2005.

Figura 2: Valdemar da Costa Neto em seu discurso de renúncia ao mandato de deputado federal



Fonte: O Globo, 2021.

Na figura 2, é possível observar o momento em que Costa Neto faz seu discurso de renúncia em Plenário, na Câmara dos Deputados Federais. Desse modo, livrou-se de um possível processo de cassação e manteve seus direitos políticos. Em seu discurso, que pode ser lido na íntegra no Anexo A do presente artigo, Costa Neto afirma que “não podemos permitir que um delinquente que foi o primeiro a ser acusado nesta Casa [Câmara dos Deputados] possa sair livre das penas da lei e do julgamento político” e exigiu que Jefferson respondesse por seus crimes. A denúncia de Jefferson ocorreu da seguinte forma:

Valdemar, por ter sido o autor do requerimento de cassação de Jefferson ao Conselho de Ética, teve a prerrogativa de ser o primeiro a perguntar. “Nós no PL só temos bons deputados. [...] Diga o nome de quem recebe [o

¹ Sinteticamente, o escândalo do “Mensalão” foi um esquema de repasses de doações em dinheiro de grandes empresas para o PT, que eram destinadas à compra de parlamentares de outros partidos. Roberto Jefferson foi figura central para as investigações, uma vez que foi ele que participou ativamente do esquema e relatou para a Polícia Federal como tudo funcionava. Jefferson afirmou que o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, era o encarregado de distribuir uma quantia de R\$30.000,00 mensais para os parlamentares envolvidos apoiarem o governo petista.

Mensalão]. Caso o PL tenha parlamentares envolvidos, quero que o sr. dê o nome, para nós investigarmos”, afirmou o presidente do PL. Jefferson respondeu diretamente: “Eu afirmo que Vossa Excelência recebe. Vossa Excelência recebe”. Ao que Valdemar retrucou: “Eu sabia que o sr. viria aqui hoje só para desmoralizar esta Casa”. Antes dessa acusação, o petebista havia insinuado que outros parlamentares teriam se beneficiado ou tinham conhecimento do esquema da mesada: além de Valdemar, os deputados Bispo Rodrigues (PL-RJ), Sandro Mabel (PL-GO), Pedro Corrêa (PP-PE), José Janene (PP-PR) e Pedro Henry (PP-MT). (Folha de São Paulo, 2005)

Conforme o Anexo A, Valdemar Costa Neto admitiu ter recebido dinheiro do PT: “neste momento, senhor presidente, assumo a única e absoluta responsabilidade por esse ato. Isso quer dizer que nenhum membro do Partido Liberal pode ser responsabilizado pelo que foi decidido ou praticado por mim” e, em seguida, disse ter sido “induzido ao erro”.

Adiante, ao ser convocado para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do “Mensalão”, assumiu o recebimento de R\$6.500.000,00, entre os anos de 2003 e 2004, na intenção de realizar o pagamento de dívidas da campanha eleitoral de 2002.

Apesar de sua renúncia, Costa Neto candidatou-se novamente no ano seguinte e fora reeleito ao cargo de deputado federal com 104.157 votos. Em 2010, consecutivamente reeleito, dessa vez com 174.826 votos.

Em 2006, um ano após os crimes do “Mensalão”, o PL foi novamente prejudicado pela cláusula de barreira, o que motivou sua fusão com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), de Enéas [Ferreira] Carneiro (1938-2007). Dessa fusão, surgiu o Partido da República (PR). O então Partido da República manteve essa nomenclatura até 2019, quando retornou ao seu nome de origem: Partido Liberal.

Contudo, somente em 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou Valdemar Costa Neto por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Sua pena foi de 7 anos e 10 meses em regime penal semiaberto. Outros membros do então PL/PR, como o ex-deputado federal Carlos Alberto Rodrigues Pinto (1957-) (PR), e o então tesoureiro do Partido, Jacinto de Souza Lamas (1957-) (PL) foram condenados pelos mesmos crimes. Imediatamente após sua condenação, Costa Neto novamente renunciou ao seu mandato na Câmara dos Deputados. Sua carta de renúncia pode ser encontrada, na íntegra, no Anexo B.

Apesar da condenação, Costa Neto cumpriu apenas um quarto de sua pena, pois, em maio de 2016, recebeu indulto do Ministro do STF, Luís [Roberto] Barroso (1958-), e pôde voltar às suas atividades dentro do então Partido da República.

Mas, afinal, por que o PR voltou a ser o PL e não o PRONA? É uma pergunta válida, visto que ambos os partidos surgiram durante o mesmo período. Ora, enquanto o PRONA

esteve, em seus últimos anos, engessado e pouco articulado, o PL, como já fora mencionado, tratou de negociar com todos, até mesmo aqueles que, em tese, jamais se aliaram a ele. Eis aí a velha máxima: adapte-se ou morra. O PL se adaptou, fez o necessário para sobreviver, mesmo que isso tenha custado seus princípios políticos originários. Ele evoluiu para algo que Valle e seus criadores condenavam, e o Partido Liberal, após a morte de seu fundador, tornou-se um partido do “Centrão”. Afirma-se que ideais liberais e conservadores são deixados de lado pelos partidos do “Centrão”, em troca de favores e o famoso “toma lá, dá cá” da política brasileira. Como afirma Bolognesi, Mesquita e Testa (2024), o fisiologismo refere-se às práticas políticas centradas em benefícios pessoais ou de pequenos grupos em detrimento de compromissos ideológicos ou programáticos. Isso se reflete claramente numa frase de Valdemar Costa Neto, antes de se tornar presidente do PL, tentando fazer o Partido ter mais participação no governo Cardoso: “Precisamos de espaço para atender o nosso pessoal. Quem fala que não quer cargo é um fingido. Não tem recurso para todos. Quem pode mais, chora menos” (Folha de São Paulo, 1995).

De acordo com Avelino Filho (1994), o conceito de “clientelismo” pode ser definido como uma relação de troca assimétrica entre “patronos”, que oferecem benefícios materiais ou recursos, e “clientes”, que retribuem com apoio político, usualmente em eleições. No contexto brasileiro, o clientelismo moderno reflete-se em práticas que vão além dos “notáveis” locais, característicos das sociedades tradicionais. Hoje, partidos e lideranças políticas utilizam recursos estatais para ampliar sua influência eleitoral, transformando o Estado num instrumento de barganha.

Avelino também argumenta que essa dinâmica impede a consolidação de uma política baseada em programas e valores universais, ao mesmo tempo em que fortalece o caráter individualista das campanhas eleitorais. Nesse sentido, o extinto PL, posteriormente PR, pode ser considerado como um partido fisiológico e clientelista, tendo em vista a maneira como conduziu sua ação política, ao aceitar mandatários que pouco tinham a contribuir com a doutrina do Partido, além de aceitar dinheiro para compor a base de governos.

Segundo Kirchheimer (2012), os *catch-all-parties* (ou partido “pega-tudo”) emergem em um contexto de desideologização política, no qual abandonam o foco em enquadrar intelectual e moralmente suas bases tradicionais. Eles priorizam o apelo eleitoral amplo e o sucesso imediato, buscando atrair uma clientela diversificada e maximizar sua base de apoio. Esses partidos procuram atender diferentes interesses sociais, substituindo um foco ideológico estreito por temas mais gerais, como políticas nacionais inclusivas. Ao mesmo tempo, eles

reduzem significativamente sua bagagem ideológica e promovem uma maior centralização das decisões em suas lideranças, em detrimento da participação dos membros individuais do partido.

Ambos os partidos, PL e PR, se encaixam na definição de partido “pega-tudo”, visto que se aliaram com um partido que em nada se aproximava da doutrina de ambos. O senador Magno Malta (2014) afirmou que “o [presidente] Lula foi levantado por Deus numa hora difícil dessa nação e fez a melhor escolha: escolheu os pobres”. Em seguida, fez a exaltação de políticas do governo petista.

É curioso, pois, que Magno Malta, após a ascensão da figura do então deputado federal, Jair Messias Bolsonaro (1955-) (presidente do Brasil entre 2019-2022), em 2018, tenha-no apoiado com veemência e passado a criticar os governos de Lula e Dilma Rousseff (1947-) (presidente do Brasil entre 2011-2014, 2014-2016). Bolsonaro fora eleito presidente da República pelo Partido Social Liberal (PSL), nas eleições de 2018 e assumiu o mandato em 2019.

4. O suposto retorno às origens

Bolsonaro fora eleito num contexto de ascensão do espectro da direita no Brasil. Pode-se dizer que ele soube usufruir do sentimento de revolta e do antipetismo que grande parcela da população emanava. No ano em que Bolsonaro assumiu a presidência, porém, o então PR, “reiterando sua origem fundada no liberalismo” (História do PL, 2024), alterou o nome do Partido da República (PR) para Partido Liberal (PL). Considerando que o PR nunca fez uma defesa de reformas liberais dentro do Congresso Nacional, a alteração para o nome “Partido Liberal” soa mais eleitoreira do que ideológica, em decorrência do aumento de brasileiros identificando-se como “liberais na economia e conservadores nos costumes” (Tabak, 2022).

Em 2021, após uma série de conversas com Valdemar Costa Neto, então presidente do PL, Jair Bolsonaro, que havia rompido com o PSL e estava sem partido, filiou-se ao PL. É possível ver que a aproximação ideológica do Partido com a direita é fictícia quando muitos de seus mandatários manifestaram-se contra a chegada de Bolsonaro no Partido:

Aliado do governador Wellington Dias (PT) no Piauí, o deputado federal Fábio Abreu (PL-PI) disse ao GLOBO que obteve com o presidente do PL a garantia que poderá atuar de modo independente. Caso isso não se sustente de agora em diante, adianta que ele e a deputada Marina Santos, também filiada ao PL no Piauí, deixarão a sigla. [...] Aliados admitem a “saia-justa” do político e não descartam uma debandada local. Em nota, o diretório

estadual disse que o partido “tem a experiência e sabedoria para unir o partido e fazer com que ele cresça cada vez mais nas eleições de 2022. (O Globo, 2021)

A afirmação acima, do diretório estadual do PL do Piauí, mostra que só o crescimento do Partido importa. Portanto, de um lado, o PL apoia a direita; do outro, apoia a esquerda. Ainda de acordo o jornal O Globo (2021), outros parlamentares afirmam que não observam “dificuldades de Bolsonaro no nosso partido, desde que a autonomia no palanque estadual seja assegurada – disse o deputado Cristiano Vale (PL-PA)”, o que evidencia ainda mais o aspecto fisiológico e clientelista do Partido.

Não obstante, ao ser questionado sobre sua entrada num partido do “Centrão”, Jair Bolsonaro afirmou que “Vocês votaram num cara do centrão” (Dantas, 2022), mostrando que o então presidente tampouco considerava o PL um partido de direita, muito menos liberal.

Pode-se dizer, porém, que a estratégia de Valdemar Costa Neto de “endireitar” o PL foi um sucesso:

Tabela 1: Desempenho Eleitoral do Partido Liberal na Câmara dos Deputados nas últimas cinco legislaturas federais

Ano eleitoral	Número de cadeiras conquistadas
2022	99
2018	33
2014	34
2010	41
2006	23

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos Dados: UOL Notícias, 2022.

A tabela 1 mostra que a presença do PL na Câmara dos Deputados Federais cresceu 200% de 2018 para 2022, tornando-se o maior partido do Congresso Nacional. Em 2022, o segundo partido a conquistar mais espaço na Câmara foi o PT, com 68 cadeiras.

Considerações finais

Ao longo de sua trajetória, o Partido Liberal desvirtuou os ideais que marcaram sua fundação, como a defesa da liberdade econômica, da propriedade privada e da redução das desigualdades sociais, para adotar uma postura pragmática que priorizou alianças estratégicas em detrimento de sua doutrina. Sob a liderança de Valdemar Costa Neto, o PL incorporou

práticas fisiológicas, caracterizadas pelo uso do aparato estatal para atender interesses particulares e fortalecer sua influência eleitoral. Essa transformação culminou na configuração do partido como uma organização “pega-tudo”, voltada para atrair apoios diversificados sem compromissos ideológicos consistentes.

A aliança com o PT, a participação em escândalos como o “Mensalão” e as subsequentes negociações de cargos e recursos evidenciam um partido que abandonou a defesa de sua doutrina liberal em troca de benefícios imediatos. Ao adaptar-se constantemente às circunstâncias políticas para maximizar sua base de apoio, mas esvaziando-se de qualquer substância programática, o conceito de *catch-all-party*, de Kirchheimer, se encaixa perfeitamente ao Partido. Assim, o Partido Liberal ilustra os desafios da política brasileira, em que a sobrevivência e a expansão muitas vezes prevalecem sobre a coerência ideológica e o compromisso com os valores supostamente defendidos.

Referências Bibliográficas

AMATO, F. Presidente do PL diz que PT o botou na "maior fria". **Folha de São Paulo**, Mogi das Cruzes, 7 de agosto de 2005. Disponível em: <<https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0708200513.htm>>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

Apuração - São Paulo - Deputado Federal. **Folha de São Paulo**, 17 de outubro de 2006. Disponível em: <<https://eleicoes.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/sp1df-1.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

AVELINO FILHO, G. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. **Novos Estudos – CEBRAP**, v. 1, n. 38, 1994, pp. 225-240.

BOLOGNESI, B.; MESQUITA, L.; TESTA, G. Do fisiologismo ao centro do poder: As reformas eleitorais e o centrão 2.0. In: **Caderno CRH**, n. 37, 2024.

BREMBATTI, K. De José Alencar a Bolsonaro, PL de Valdemar Costa Neto se prepara para 2022. **CNN Brasil**, São Paulo, 30 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/de-jose-alencar-a-bolsonaro-pl-de-valdemar-costa-neto-se-prepara-para-2022/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

BRASIL. Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995). **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/lei-dos-partidos-politicos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995>>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

CARDOSO, D.; DELLA COLETTA, R. VALDEMAR Costa Neto renuncia ao mandato pela segunda vez. **Estadão**, São Paulo, 5 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/valdemar-costa-neto-renuncia-ao-mandato-pela-segunda-vez/>>. Acesso em: 21 de novembro de 2024.

CANIATO, B.; DALL'AGNOL, L. Partido do bilhão, PL de Valdemar quer fazer recorde de prefeituras. **Revista Veja**, 5 de julho de 2024. Disponível em:

<<https://veja.abril.com.br/politica/partido-do-bilhao-pl-de-valdemar-quer-fazer-recorde-de-pre-feituras/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Busca por proposições. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&orde=r=data&abaEspecificica=true&filtros=%5B%7B%22autores.nome%22%3A%22%C3%81LVARO%20VALLE%22%7D%5D&q=%2a>>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

Condenado no mensalão, ex-deputado Valdemar Costa Neto recebe indulto. **Consultor Jurídico**, 5 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mai-05/condenado-mensalao-valdemar-costa-neto-recebe-indulto/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

Confira a lista dos deputados federais eleitos em São Paulo nas eleições 2010. **O Globo**, 4 de outubro de 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2010/confira-lista-dos-deputados-federais-eleitos-em-sao-paulo-nas-eleicoes-2010-4986210>>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

CORRÊA, A. E. **A Frente Liberal e a democracia no Brasil: (1984-1985)**. São Paulo: Nobel, 2006.

Costa Neto diz que recebeu dinheiro e renuncia a mandato de deputado federal. **Folha de São Paulo**, 1 de agosto de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71000.shtml>>. Acesso em: 9 de novembro de 2024.

Costa Neto fica inelegível até 2029 após 2ª renúncia. **Exame**, 5 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/costa-neto-fica-inelegivel-ate-2029-apos-2a-renuncia/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

DANTAS, D. 'Vocês votaram num cara do Centrão', diz Bolsonaro sobre críticas por ingresso no PL. **O Globo**, 10 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/voces-votaram-num-cara-do-centrao-diz-bolsonaro-sobre-criticas-por-ingresso-no-pl-1-25348364>>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

É REALIZAÇÕES. Documentário "José Guilherme Merquior: Paixão pela razão". **YouTube**, 22 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3frJg5gVdqo&t=334s>>. Acesso em: 11 de novembro de 2024.

FILHO, W. H. Valdemar Costa Neto: O 'Boy' de Mogi das Cruzes que apoiou Lula e vai acolher Bolsonaro no PL. Blog do Acervo, **O Globo**, 10 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/valdemar-costa-neto-trajetoria-do-presidente-do-partido-liberal-que-vai-acolher-bolsonaro.html>>. Acesso em: 11 de novembro de 2024.

GONDIM, A. et al. Começa distribuição de cargos do governo. **Folha de São Paulo**, Brasília, 9 de junho de 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/09/brasil/12.html>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

Jefferson diz que Valdemar é beneficiado por mesada. **Folha de São Paulo**, Brasília, 15 de junho de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1506200511.htm>>. Acesso em: 11 de novembro de 2024.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, jan.-abr. 2012, pp. 349-385.

Malta solidariza-se com Lula e fala de veto do ex-presidente à divisão de royalties. **TV Senado**, 15 de julho de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W5VKM2BGYMo>>. Acesso em: 14 de novembro de 2024.

Número de deputados federais eleitos por partido. **UOL Notícias**, São Paulo, 3 out. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/analise/camara/numero-de-deputados-federais-eleitos-por-partido/?uf=sp>>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

PARTIDO LIBERAL. **História do PL.** 2024. Disponível em: <https://partidoliberal.org.br/historia-do-pl/>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

TABAK, F. Pesquisa aponta que o dobro dos brasileiros se diz mais de direita que esquerda. Veja os números. **O Globo**, São Paulo, 03 de julho de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/07/pesquisa-aponta-que-o-dobro-dos-brasileiros-se-diz-mais-de-direita-que-esquerda-veja-os-numeros.ghtml>. Acesso em: 19 de novembro de 2024.

TRAD, N. Fisiológicas. **Folha de São Paulo**, 16 de abril de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/16/brasil/22.html>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

VALLE, A. et al. **O liberalismo social: A doutrina do Partido Liberal**. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1994.

VAZ, L. Bancadas estaduais inovam nas indicações. **Folha de São Paulo**, Brasília, 16 de abril de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/16/brasil/25.html>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

Valdemar Costa Neto renuncia ao mandato de deputado federal. **Agência Câmara de Notícias**, 5 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/422830-valdemar-costa-neto-renuncia-ao-mandato-de-deputado-federal/>. Acesso em: 9 de novembro de 2024.

Valdemar Costa Neto renuncia a mandato de deputado federal. **UOL**, 01 de agosto de 2005. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/08/01/ult1928u1330.jhtm>. Acesso em: 21 de novembro de 2024.

ANEXO A: Discurso de Renúncia de Valdemar Costa neto (2005)

Sr. Presidente Severino Cavalcanti, Sras. e Srs. Deputados, em especial Deputados de meu partido, cumprimento todos em nome de nosso Líder, Deputado Sandro Mabel.

A natureza da crise que hoje enfrentamos não tem precedentes na história brasileira. Ela já produziu o aparecimento de uma inversão de valores, capaz de atribuir verdade aos mentirosos, civismo aos mercenários, sinceridade aos cínicos e, até mesmo, virtude aos políticos mais ardilosos.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, diante da ascensão de um critério moral, que descarta a necessidade de provas ou coerência, é preciso assumir a responsabilidade de estabelecer a diferença entre a inconsequência da bravata e o comportamento digno de um homem público.

Durante a campanha eleitoral de 2002, tive a promessa do Partido dos Trabalhadores de que receberia recursos financeiros para fazer frente às despesas da coligação PT/PL. Sob o signo da nefasta verticalização, formávamos uma aliança partidária que disputava eleições proporcionais e majoritárias, tendo como principal bandeira a conquista da Presidência da República.

Nove meses após o início dos mandatos vitoriosos, o Partido dos Trabalhadores passou a honrar os compromissos que assumiu durante a campanha de 2002. Assim procedeu, pagando parte dos compromissos daquela eleição.

Contudo, Sras. e Srs. Deputados, tínhamos e temos a clara certeza de que, enquanto não fosse recebido o instrumento de legalização daquele dinheiro doado, os recursos não poderiam dar entrada no caixa do Partido Liberal. A cada parcela transferida ao PL, cobrávamos a apresentação do documento de doação, para a realização da contabilidade oficial do dinheiro.

Aguardamos, todo esse tempo, pela documentação que oficializasse as doações do PT, mas as circunstâncias, como sabemos, reivindicam o fim de qualquer espera.

O dinheiro que nos foi doado, Sras. e Srs. Deputados, destinou-se para atender aos compromissos financeiros das eleições de 2002. Contudo, jamais poderia ser declarado oficialmente, enquanto não tivéssemos os documentos que permitissem sua contabilização.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, admito que recebi esses recursos. Entretanto, por direito, senhoras e senhores, esses valores se destinavam, especificamente, aos compromissos da campanha da aliança PT/PL.

Neste momento, Sr. Presidente, assumo a única e absoluta responsabilidade por esse ato. Isto quer dizer que nenhum membro do Partido Liberal pode ser responsabilizado pelo que foi decidido ou praticado por mim.

Quero que fique claro: os atos de qualquer subordinado no recebimento do dinheiro do Partido dos Trabalhadores são de minha única e exclusiva responsabilidade, uma vez que eles se encontravam no estrito cumprimento de ordens.

Não tínhamos razões para suspeitar da origem dos recursos que recebíamos. Em nenhum momento poderíamos colocar sob suspeita as ações de um partido aliado que, junto conosco, venceu as eleições

Reconheço que fui induzido ao erro.

Fui induzido ao erro quando aceitei receber recursos destinados à campanha sem a devida documentação que oficializasse a doação.

Errei mais uma vez quando aceitei a pressão dos credores e concordei em fazer os pagamentos informalmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda que convencido da correção dos meus princípios, venho a público reconhecer meus erros e tomar as providências para corrigi-los com seriedade e justiça.

Venho a público reconhecer, senhoras e senhores, mas também para ter a oportunidade de demonstrar que jamais comunguei com qualquer ato ilícito.

Estou determinando aos nossos advogados e contadores o levantamento dos eventuais débitos junto à Receita Federal. Corrigirei, portanto, mais uma vez, o erro a que fui induzido, com humildade e desprendimento.

Um representante do povo, eleito pelo voto direto, deve explicações sobre os seus atos à sociedade e, diante das circunstâncias, não pode buscar a proteção da imunidade, que só existe justificadamente para preservar a democracia. Devo, no mínimo, uma satisfação aos 158.510 cidadãos do Estado de São Paulo que, tenham certeza, não terão motivos para deixar de acreditar na dignidade e na honra de meu nome.

Para provar, sem qualquer subterfúgio perante a CPI e a Justiça, a boa-fé dos meus atos e a inocência de Parlamentares que compõem a bancada do Partido Liberal, comunico à Mesa a renúncia do meu mandato de Deputado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, conforme determina o art. 239 do Regimento Interno desta Casa, solicito a leitura da presente comunicação no Expediente e a devida publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

Renuncio ao meu mandato, Sr. Presidente, mas não renunciarei aos objetivos e à inspiração que me trouxeram a esta Casa por quatro vezes.

Como Presidente do Partido Liberal, continuarei na vida pública. Usarei todos os poderes que meu cargo permite para fiscalizar as investigações que hoje afetam toda a classe política e trabalhar pelo bom andamento delas.

Coloco-me à disposição da CPI e do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados para dar os esclarecimentos que a opinião pública exige de todos os partidos políticos. Posso garantir que os recursos que o PL recebeu do Partido dos Trabalhadores não serviram para pagar mesada a Deputados.

Entretanto, para qualquer partido, inclusive o PL, pedirei a punição de quem se valeu de recursos públicos para desonrar o decoro parlamentar e a confiança do povo. Os culpados, estejam onde estiverem, não terão a tolerância do Partido Liberal. Não podemos permitir que um delinquente, que foi o primeiro a ser acusado nesta Casa, possa sair livre das penas da lei e do julgamento político.

Como Presidente do Partido Liberal, usando as prerrogativas que o cargo me confere, denuncio, mais uma vez, o Deputado Roberto Jefferson pela quebra de decoro na prática de corrupção.

Criou-se uma CPI para apurar o envolvimento de Roberto Jefferson com a cobrança de propinas nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil. As investigações conquistaram progressos relevantes para o País, mas a apuração dos fatos produziu o afastamento de seu objetivo original, que é investigar as denúncias de corrupção praticadas pelo Deputado Roberto Jefferson.

Exijo que Roberto Jefferson sente na banca dos acusados para responder por seus crimes. Crimes que foram denunciados a milhões de brasileiros pela força das imagens, o impacto da televisão e o flagrante de um suborno.

Estou complementando hoje meu requerimento ao Conselho de Ética com novas denúncias contra o Deputado Roberto Jefferson, para que a honra do Poder Legislativo seja preservada.

Esse é meu dever como Presidente de um partido, esse é meu compromisso com a sociedade. A falta de um mandato não tirará de mim as responsabilidades de homem público. Não esperem minha tolerância com a corrupção e com o desrespeito ao dinheiro do povo.

Faço minha despedida deste plenário com a humildade dos que erraram.

Aos meus eleitores, peço a compreensão do meu gesto; à classe política, a coragem de mudar o Brasil. Não precisamos apenas mudar os políticos; a Nação exige que mudemos a política.

Ofereço ao julgamento do povo meu gesto e a dignidade de minha decisão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

ANEXO B: Carta de Renúncia de Valdemar Costa Neto (2013)

Senhor Presidente,

Venho por meio desta comunicar à Mesa diretora da Câmara dos Deputados irrevogável decisão, relacionada ao exercício do meu mandato de deputado federal, delegado pela inexpugnável vontade popular, no curso das eleições de 2010.

Tomo a iniciativa desta carta, Senhor Presidente, orientado pelo respeito que devo ao Poder Legislativo brasileiro, enfraquecido por um vazio jurídico que impõe ao parlamentar a impossibilidade de dois julgamentos, garantidos a todos brasileiros sem mandato eletivo.

Ainda que a Constituição garanta a este parlamentar o direito ao exercício do mandato até o fim de eventual processo de cassação na Câmara dos Deputados, não cogito impor ao parlamento a oportunidade de mais um constrangimento institucional.

Este gesto, entretanto, Senhor Presidente, não desobriga o Congresso Nacional do devido propósito que restaure a autoridade que lhe é conferida pela Constituição Federal. O Poder Legislativo tem o dever de providências, sobretudo quando sua autonomia é questionada por circunstâncias de patrocínio inconfessável.

A restauração da força e da imagem do parlamento brasileiro, Senhor Presidente, reivindica coragem e espírito público. Coragem para enfrentar déspotas poderosos e seus aliados. Espírito público para não se deixar abalar pelos ataques que alimentam a ingenuidade dos que opinam sem conhecimento de causa.

Certo de que pagarei pelas faltas que já reconheci, reitero que fui condenado por crimes que não cometi. Serenamente, passo a cumprir uma sentença sem culpa, flagrantemente destituída do sagrado direito ao duplo grau de jurisdição.

Inspirado pelo respeito aos eleitores que me delegaram a representação que traz uma extensa folha de serviços prestados, renuncio ao meu mandato de Deputado Federal da República Federativa do Brasil.

Valdemar Costa Neto